



EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: ESTUDO SOBRE A GESTÃO DA ARQUITETURA INSTITUCIONAL NO BRASIL.

Autor Kéthuly Arbuíni de Souza

Orientadora Izadora C. Corrêa Silva

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Período: 9º período

Área de Pesquisa: Arquitetura Institucional.

Resumo: O artigo possui como objetivo investigar acerca da produção de arquitetura institucional no Brasil, especificamente sobre os centros de educação profissionalizante. A educação superior nacional passou a ser tema de discussão em nas relações políticas a partir de 1929, após a crise, quando o governo se viu obrigado a criar uma política de produção nacional, a fim de diminuir os investimentos com importação, culminando para a criação das primeiras universidades e centros profissionalizantes brasileiros com o objetivo de criar uma nova tipologia de trabalhador, mais instruído e qualificado para se adaptar a indústria e comércio que estavam em desenvolvimento no país. A partir de pesquisas em referenciais bibliográficos e estudos de casos da rede de instituições de ensino e profissionalização conhecida como “Sistema S”, pode-se concluir que a mesma se constitui, atualmente, como uma das principais e mais acessíveis formas de jovens e adultos ingressarem em instituições de ensino superior. A preocupação com a situação econômica do país e a inclusão social também se faz presente nas instalações das unidades do “Sistema S”, uma vez que, segundo os estudos de caso realizados, as instituições proporcionam o acesso público a programas culturais áreas de lazer como praças e áreas de convivência e possuem em suas unidades, a preocupação com o projeto arquitetônico, se destacando a percepção ambiental, o programa de necessidades e funcionalidade dos edifícios e, principalmente, o bem-estar e a satisfação dos usuários.

Palavras-chave: Arquitetura. Políticas Educacionais. Percepção Ambiental. Centro Profissionalizante. Institucional.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como finalidade o estudo das instituições nacionais voltadas para a formação educacional e profissionalizante de jovens e adultos quanto a sua qualidade funcional e arquitetônica, buscando identificar qual papel a arquitetura desempenha nessas construções e qual identidade ela busca atribuir a esses edifícios, uma vez que a arquitetura não se utiliza somente do espaço físico, mas também colabora para a construção da imagem da instituição, se transformando, neste caso, em uma ferramenta pedagógica em potencial.

Tão significativo quanto a qualidade construtiva e a eficiência funcional, o edifício deve se apresentar envolvido com os contextos social, histórico e espacial a fim de se preservar a cultura e respeitar o tradicionalismo local, criando valor de identidade para a arquitetura a ser desenvolvida, não somente para as características estéticas e funcionais, implementando o edifício ao meio no qual está envolvido e combatendo o universalismo da arquitetura inumana.

Voltando-se especificamente para esses edifícios, como as organizações e instituições se utilizam dos valores arquitetônicos para apresentar suas propostas e seus serviços à comunidade? Tais edifícios representam o contexto sociocultural e econômico no qual estão inseridos e são eficientes enquanto instrumentos de transformação social? (VAN DER VOORDHT, VAN WEGEN, 2013).

No contexto sócio espacial, é fundamental entender a relação entre o homem e o espaço que ocupa, como assimila a realidade e como a arquitetura corrobora para essa associação. Logo, a função da arquitetura não se limita somente a construção de abrigo ou a fim de suprir as necessidades básicas utilitária, mas, sim, para desenvolver e atender as aspirações permanentes e a interação afetiva entre o ser humano e o ambiente, propiciando seu crescimento social e melhorando sua qualidade de vida. (OKAMOTO, 2002).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. Origem das Instituições Profissionalizantes no Brasil

A alta estima da valorização da educação para formar um trabalhador qualificado começou a ser concretizada no início dos anos 1920 no Brasil, mas, nas relações políticas, só alcançou relevância após a crise de 1929, quando o governo se viu obrigado a substituir os produtos importados por uma produção industrial nacional. Tal redirecionamento no sistema industrial demonstrou-se como principal fundamento para a formatação de um aprazível tipo de trabalhador, com maior qualificação profissional e conhecimento, demandando investimento em um projeto que envolvia toda a sociedade brasileira (ROLEMBERG, 2019).

Em 1937, a Constituição Brasileira definiu um novo formato para o sistema de ensino, determinando um modelo padrão para todo o território nacional, unificando todos os programas educacionais praticados pelos estados da federação. Posteriormente, foram sendo definidas novas leis que fundamentavam e regularizavam o ensino de educação brasileiro: Ensino Industrial (Decretos lei nº 4048



e nº 4073 de 20 e 30 de janeiro de 1942); Ensino Secundário (Decreto lei nº 4244, de 09 de maio de 1942); e Ensino Primário (Decreto lei nº 8529, de 02 de janeiro 1946).

Pode-se dizer, pela precedência e organização do Ensino Industrial em relação aos outros (Ensino Secundário e Ensino Primário), que o objetivo prioritário do governo era suprir o precário mercado brasileiro de mão de obra qualificada e profissionais especializados para assumir a responsabilidade de obter uma produção industrial nacional eficaz e reduzir os gastos com importação. Após essa organização, a próxima etapa foi uniformizar e adequar o Ensino Secundário, assim como o Universitário, já que as primeiras universidades brasileiras começaram a surgir em 1930, a fim de formar jovens competentes e transforma-los em profissionais capacitados para assumir o mercado comercial e industrial que estava crescendo exponencialmente (ROLEMBERG, 2019).

Os primeiros centros educacionais e profissionalizantes brasileiros surgiram, aproximadamente, nos anos 1940, sob influência do poder político, do serviço social e da Igreja Católica, sendo que, sua institucionalização foi decorrente da CNER (Campanha Nacional de Educação Rural) que foi responsável pela criação de 45 Centros Sociais de Comunidade em sete estados do Brasil (se concentrando, principalmente, no Rio Grande do Norte e Bahia). As principais atividades desenvolvidas nesses centros envolviam a organização de grupos sociais de interesse em comum (mães, jovens, crianças, agricultores, dentre outros), cursos profissionalizantes básicos (corte e costura, bordado, culinária e enfermagem), a alfabetização de adultos, a introdução e ensino de novas técnicas e organizações agrícolas e, também, cursos capacitores voltados para a construção civil, especialmente para pedreiros (REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, 1959).

2.1.2. Investimentos atuais na área de Educação Profissionalizante

Durante os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma (2003-2016) constituíram-se, dentro da política democrática brasileira, diversas mudanças relacionadas ao ensino profissionalizante, podendo-se destacar entre as principais características marcantes das políticas educacionais adotadas, a expansão do ensino superior e o aumento significativo de alunos matriculados, independentemente de ser instituição pública ou privada, a distância ou presencial (MARQUES, 2018).

[...] por sua vez, no que se refere ao alunado nós tínhamos, em 1996, um total de 1.868.529 alunos, sendo 39,35% em instituições públicas e 60,65% em instituições privadas. Já em 2005 a relação foi a seguinte: Total de alunos 4.453.156, sendo 26,77% no âmbito público e 73,23% no âmbito privado. (SAVIANI, 2010, p. 14)

Segundo Saviani (2010), o crescimento exponencial do Ensino Superior e Profissionalizante no Brasil começou a sofrer grandes mudanças do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para os governos posteriores, principalmente quando observado as instituições do setor privado. As diretrizes políticas educacionais realizadas no período passaram a acompanhar as tendências norte-americanas no que diz respeito a educação, já que, neste período, dentro da faixa etária de 19-24 anos, nem 12% da população se encontrava matriculada em algum tipo de instituição de ensino superior ou universidade. Esse fator contribuiu



diretamente para a criação da LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e o PNE (Plano Nacional de Educação) com o objetivo de reverter os quadros baixíssimos de escolaridade e profissionalização no país através do MEC (Ministério da Educação) (MARQUES, 2018).

Durante os mandatos ministrados por Lula e Dilma as principais medidas adotadas em relação a educação foi direcionada para o Ensino Profissionalizante, iniciado com o Decreto nº 6.095/2007, que previa as diretrizes para a unificação de todas as instituições federais de educação superior, que passaram a se denominar como IFET (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia). A partir desse momento, o governo passou a organizar o processo de reformulação do ensino tecnológico e profissional nacional, demandando maiores investimentos públicos para a instalação de novos campi, abertura de novos cursos e estrutura física que correspondesse aos planos econômicos do governo (MARQUES, 2018).

As leis criadas nesse período político, beneficiaram, também, a institucionalização de bolsas para programas como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que destinava grande parte de seus recursos financeiros para o Sistema S, composto pelas instituições SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesi (Serviço Social da Indústria), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), SEST (Serviço Social do Transporte) e SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), criado na década de 1940, durante a Era Vargas (1930-1945) e ligado diretamente à iniciativa privada, quando o país passava por uma significativa reestruturação de mão de obra trabalhista, com o objetivo de melhorar o desempenho econômico do país, facilitando o ingresso dos estudantes em instituições particulares, a fim de ampliar a oferta de educação profissional e técnica por meio de ajuda financeira, projetos e ações beneficiárias (MARQUES, 2018).

Pode-se concluir que, a partir da década de 1990, com o apoio dos governos atuantes, foram criados diversos programas que visaram a expansão e melhoria do ensino profissionalizante, iniciando-se com a criação do FIES (Financiamento Estudantil) no governo FHC e com os programas educacionais criados nos governos Lula e Dilma dando continuidade ao processo, gerando uma significativa melhora nos índices educacionais brasileiros, principalmente quando se tratando das instituições de interesse privado.

2.1.3. A Percepção Ambiental e seu papel na Arquitetura

Se posicionando enquanto profissionais atuantes de arquitetura e urbanismo, deve-se ter em mente que o comportamento humano em relação ao ambiente no qual está inserido deve ser analisado e percebido, visto que os estímulos externos se interligam diretamente a linguagem arquitetônica e aos valores culturais de determinado espaço com o objetivo de se interpretar uma nova organização social, voltado para a interdependência dos indivíduos que nela se situam e que se baseie em informações sobre o meio ambiente cultural, natural e social (OKAMOTO, 2002).

Devem-se criar padrões que interligarão as edificações e seu entorno aos usuários, não somente para a comprovação de uma das partes, mas sim, para a



melhora da funcionalidade e integração do conjunto e consecução de objetivos que favoreçam a intensificação interpessoal, já que a principal missão da arquitetura é “[...] criar espaços sensíveis e estimulantes que favoreçam o desenvolvimento da existência humana” (OKAMOTO, 2002).

Relacionando-se com a arquitetura de caráter institucional, importantes pedagogos atuantes na primeira metade do século XX, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defenderam que a arquitetura participa como ferramenta operativa e fundamental do complexo educacional e acreditavam que a definição de um estilo nacionalista para os edifícios públicos e institucionais funcionaram como uma estratégia eficaz para a ampliação socioeconômica do país e “[...] enxergavam o significativo potencial pedagógico da arquitetura como catalizador dessas construções” (ROLEMBERG, 2019).

Dessa forma, o projeto deve ultrapassar o pragmatismo e se dispor a atender aos intuitos mais sutis e subjetivos como o de valorizar o programa que a arquitetura abriga, chamando a atenção da sociedade para a relevância política e cultural da instituição, e auxiliando em sua continuidade e crescimento, atendendo as necessidades e propósitos de seus usuários, propondo inovações tecnológicas e educacionais (ROLEMBERG, 2019).

As estratégias arquitetônicas utilizadas devem levar em consideração o grande número de usuários que a edificação irá receber, a preocupação com a durabilidade estrutural, além de outros fatores, como, por exemplo, “[...] o melhor aproveitamento da topografia, da morfologia e localização do terreno, da insolação e ventilação naturais, a flexibilidade dos espaços, a racionalização estrutural e construtiva, a previsão de futuras ampliações [...]” (ROLEMBERG, 2019).

Além de evidenciar a instituição atribuindo-lhe estilo e características próprias, o desenho arquitetônico possui como propósito conectar o aluno ao edifício e proporcionar a sensação de pertencimento por ser um local atrativo e cativante. A arquitetura das unidades é definida em anuência com o público alvo, ou seja, a tipologia de aluno que irá receber, atraindo a atenção dos estudantes particularmente para aquela instituição, motivando-os a permanecer no local e a concluir seus estudos, favorecendo o desenvolvimento social e econômico (ROLEMBERG, 2019).

2.2. Metodologia

Como método de pesquisa, foi utilizado referenciais bibliográficos elaborados por autores que buscam analisar a arquitetura institucional voltada para a educação profissional, desde o seu surgimento enquanto ferramenta de transformação econômica e social no Brasil e seu decorrente desenvolvimento ao longo dos anos até os últimos governos, e como essa tipologia de arquitetura influencia para a melhora da qualidade de ensino e visualização dessas instituições.

No artigo utiliza-se também estudos de caso de caráter exploratório, para que seja possível averiguar unidades de centros educacionais e profissionalizantes de forma individual para o levantamento de condicionantes como, por exemplo, a infraestrutura urbana, o programa de necessidades e a utilização da percepção ambiental, a fim compreender os processos organizacionais primordiais das instituições para a pesquisa.

Segundo Gil (1987), as etapas do estudo de caso podem ser definidas como: a formulação do problema de pesquisa, a definição e seleção das unidades-caso, a elaboração de um protocolo a ser utilizado, a coleta de dados e a análise e interpretação dos dados obtidos. Sendo assim, a elaboração de uma pesquisa de projeto é realizada de acordo com a criação e seguimento de etapas necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, podendo ser modificadas ou simplificadas de acordo com o esquema de informações adquiridas durante o processo de estudo, dependendo, principalmente, da natureza do problema em evidência.

As instituições selecionadas para os estudos de caso, fazem parte do agrupamento popularmente conhecido como “Sistema S”, cujo a prestação de serviços no campo educacional e profissionalizante a comunidade brasileira é reconhecida por promover o ensino regular e a inclusão social. As unidades das instituições escolhidas para estudo são: SENAC, localizada em São Miguel Paulista, São Paulo; SESC, localizada na Rua 24 de Maio, em São Paulo; e SEBRAE, localizada em Brasília, Distrito Federal.

2.3. Discussão de Resultados

2.3.1. Estudos de Caso

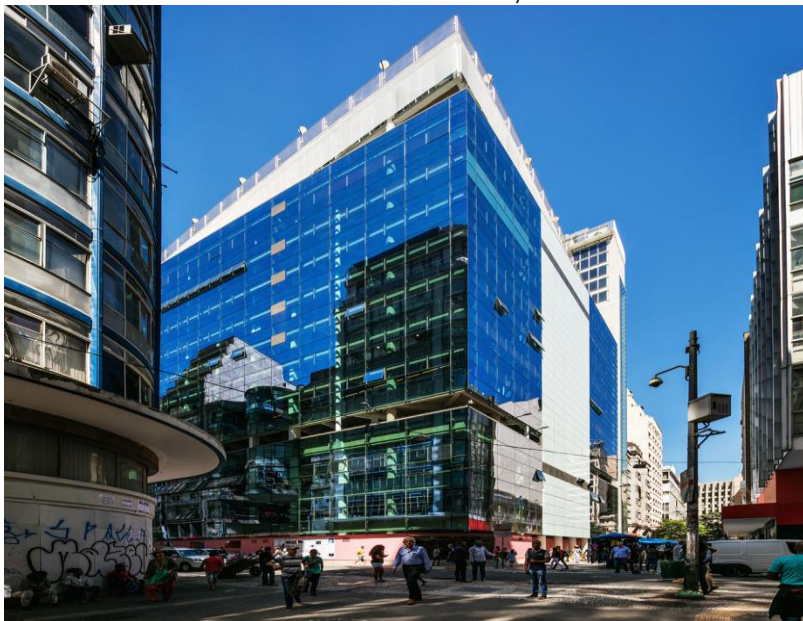
A preferência pelo “Sistema S” para a construção dos estudos de caso se dá pela sua forte influência e atuação na sociedade brasileira na área do ensino profissionalizante, sendo necessário conhecer as suas motivações originais, seu projeto pedagógico e político, e a importância da arquitetura nas suas unidades, como ela se manifesta para evidenciar os objetivos pretendidos e sua relevância atual na área educacional, cultural e de lazer (ROLEMBERG, 2019).

2.3.1.1. SESC

O SESC, institucionalizado pela Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, é uma entidade privada mantida por empresários que busca atuar nas áreas de serviços, turismo e bens a fim de propiciar melhor qualidade de vida aos trabalhadores, auxiliando no desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade. A instituição participa, na área educacional, desde a alfabetização até a formação profissional, buscando, através de cursos, seminários e oficinas atuar na formação social dos indivíduos e estimular o acesso de toda a população a educação e cidadania, atendendo desde crianças a idosos.

A unidade SESC escolhida para o estudo de caso foi o edifício da instituição localizado na Rua 24 de Maio, em República, São Paulo (FIGURA 01). A unidade é fruto de uma revitalização em um antigo prédio localizado em área de destaque na cidade, os arquitetos responsáveis pelo projeto de reforma, datado de 2017, são Paulo Mendes da Rocha e MMBB Arquitetos (VADA, 2018).

FIGURA 01. SESC 24 de maio, em São Paulo.

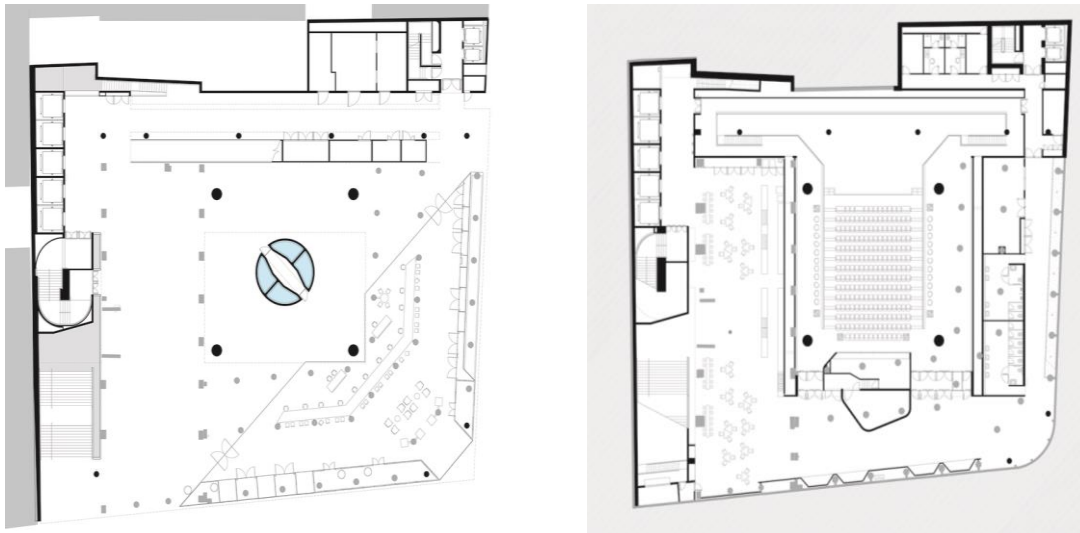


Fonte: Nelson Kon, 2018.

O projeto proposto pelos arquitetos busca adaptar os usos da antiga instalação, utilizada como loja de departamento, contribuindo de forma efetiva para a recuperação de uma área notória da cidade de São Paulo. Um dos principais objetivos do projeto, foi criar um novo bloco de circulação que, além de atender as normas de segurança, se transformasse em um local de passeio lúdico para os usuários, utilizando corredores largos como áreas de convivência (VADA, 2018).

No térreo (FIGURA 02) a proposta foi abrigar uma praça sob o edifício existente, transformando-o em um local de passagem livre, criando a “Praça do SESC”, uma das principais áreas de convivência da vizinhança. Já no subsolo (FIGURA 03), anteriormente utilizado como estacionamento, foram criados uma cafeteria e teatro ligados a Rua 24 de Maio. (VADA, 2018).

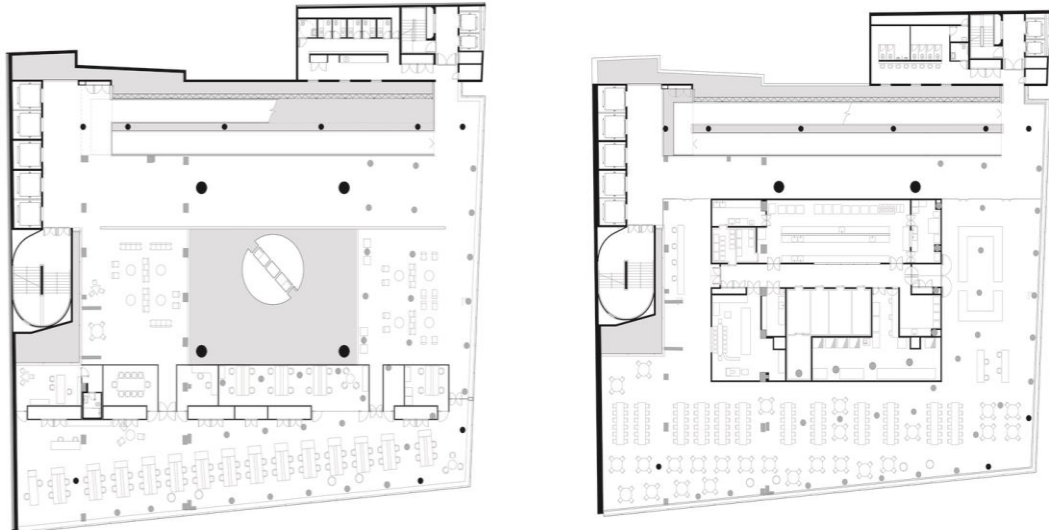
FIGURAS 02 e 03. Plantas baixa do Térreo e Primeiro Subsolo.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

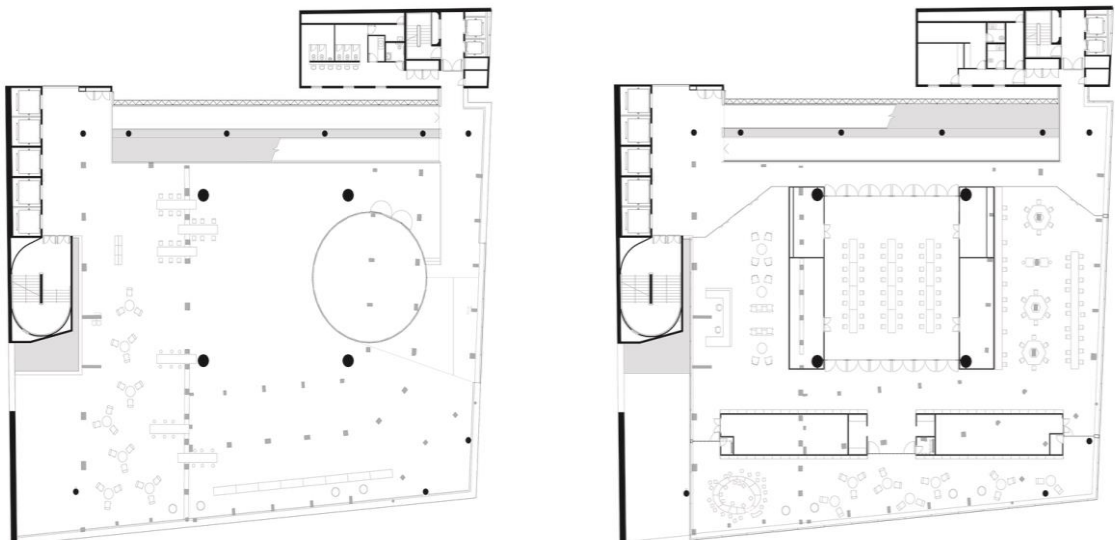
No primeiro pavimento (FIGURA 04) foi instalado o setor de administração do SESC, distinguindo-o do restante do edifício por ser uma área de uso privado, e, principalmente, dos pavimentos superiores, constituídos por um restaurante (FIGURA 05) e área de convivência (FIGURA 06) (VADA, 2018).

FIGURAS 04 e 05. Plantas baixa do Primeiro e Segundo Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

FIGURAS 05 e 06. Plantas baixa do Terceiro e Quarto Pavimento.

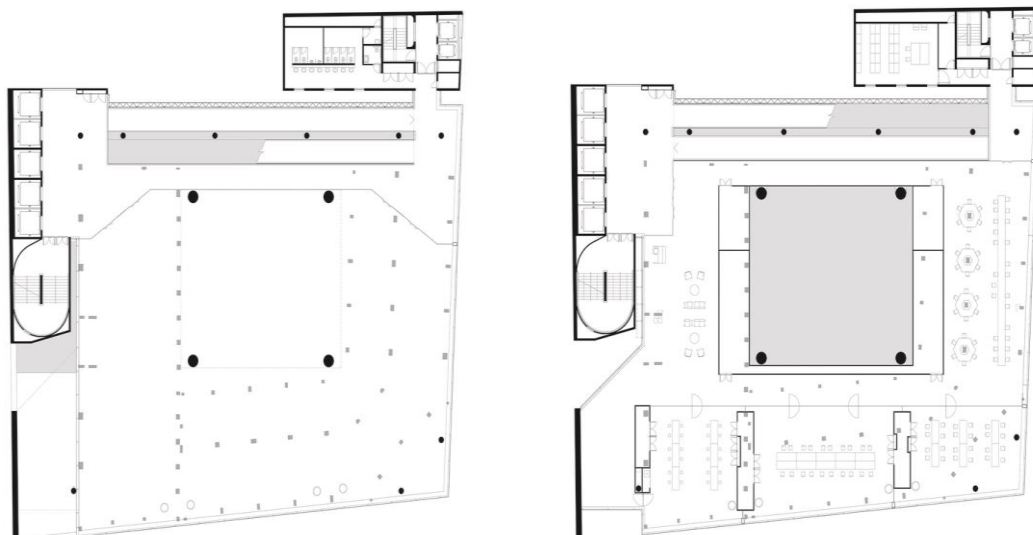


Fonte: ARCHDAILY, 2018.

O Quarto (FIGURA 06), Quinto (FIGURA 07) e Sexto (FIGURA 08) Pavimentos compõem o Bloco Cultural do edifício, abrigando a Biblioteca, a área destinada a Exposição e as salas de Oficinas, respectivamente. Os pavimentos cinco (FIGURA 07) e seis (FIGURA 08) foram associados a fim de criar a característica de um grande salão, dotado de pé direito duplo para evitar a monotonia de um edifício convencional

composto pela sobreposição de pavimentos que funcionam desligados um ao outro (VADA, 2018).

FIGURAS 07 e 08. Plantas baixa do Quinto e Sexto Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

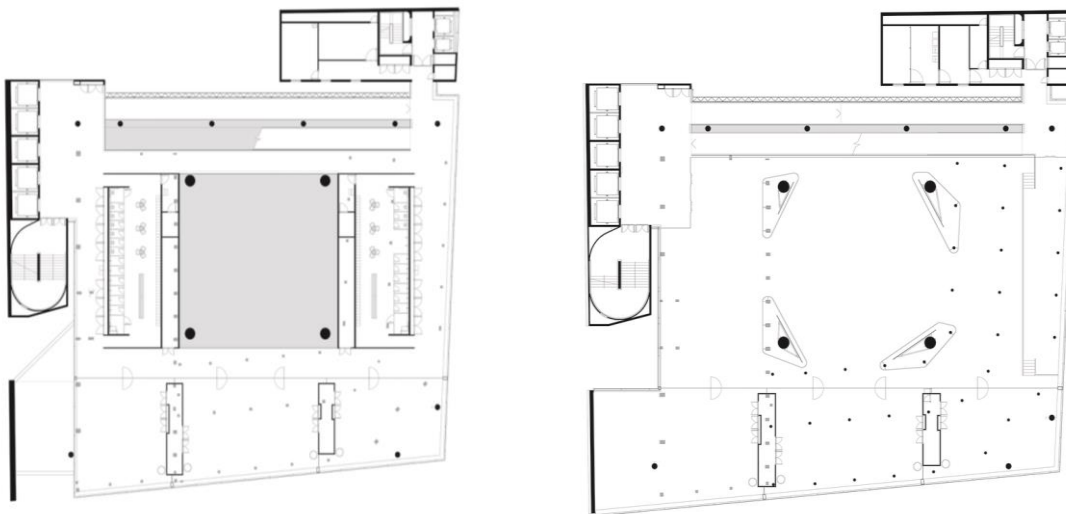
No Sétimo Pavimento (FIGURA 09) está localizado o Setor de Odontologia, que abriga a infraestrutura necessária aos cursos disponíveis na área nesta unidade do SESC. Nos Pavimentos Oito (FIGURA 10), Nove (FIGURA 11) e Dez (FIGURA 12) está localizado o Setor Esportivo do edifício, sendo, os pavimentos oitavo e nono dedicados a prática de esportes em geral, interligados por pé direito duplo, e o décimo voltado especialmente para aulas de dança (VADA, 2018).

FIGURAS 09 e 10. Planta baixa Sétimo e Oitavo Pavimentos.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

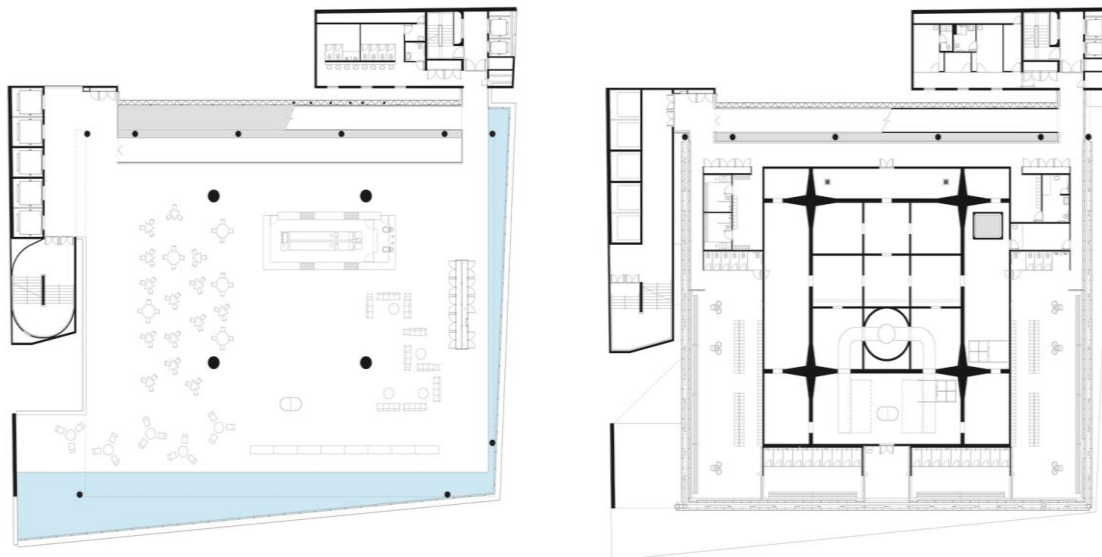
FIGURAS 11 e 12. Plantas baixa do Nono e Décimo Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

No Décimo Primeiro (FIGURA 13) e Décimo Segundo (FIGURA 14) Pavimentos e Cobertura (FIGURA 15) está localizado o Bloco de Piscina, sendo que, no 11º andar está situado o Jardim da Piscina, utilizado como área de convivência pelos estudantes e que também dispõe de um espelho d'água e no 12º andar encontram-se os vestiários.

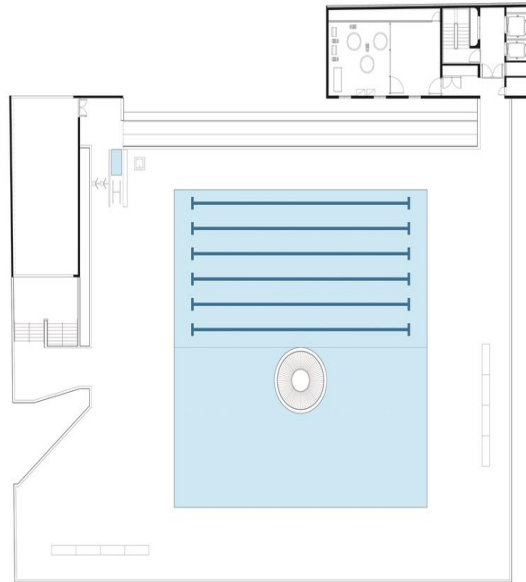
FIGURAS 13 e 14. Plantas baixa Décimo Primeiro e Décimo Segundo Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

Na cobertura (FIGURA 15) está situada a “Praça do Sol” que conta com piscina semiolímpica para a realização de aulas de natação e, também, utilizada como área de lazer (VADA, 2018).

FIGURAS 15. Plantas baixa Cobertura.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

Segundo nota divulgada pelos arquitetos responsáveis pelo projeto, o SESC da Rua 24 de Maio busca se acomodar ao gradativo desenvolvimento socioeconômico de São Paulo, explícito na própria arquitetura, uma vez que é um exemplo de reformulação do patrimônio urbano da cidade. Além da adaptação do edifício ao novo uso, a proposta é a revitalização da vizinhança, com a construção de áreas públicas e de convivência como a “Praça do SESC” e o “Jardim da Piscina, a oferta de cultura e entretenimento com a transformação do antigo estacionamento em uma cafeteria e um teatro ligados a Rua 24 de maio e a abertura do restaurante, todos de uso público.

2.3.1.2. SEBRAE

O SEBRAE, criado pela Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, é uma instituição privada que promove a competitividade e desenvolvimento de empreendimentos de micro e pequeno porte e atende empresários que pretendem abrir seu primeiro negócio ou empresas já atuantes que desejam buscar um novo posicionamento no mercado. A instituição busca apoiar os empresários a partir da realização de palestras, minicursos e oficinas sobre empreendedorismo e administração e também disponibiliza cursos voltados para a profissionalização, utilizando tanto o método de ensino presencial quanto a distância.

A unidade escolhida para o estudo de caso foi o edifício sede da instituição, localizado em Brasília, Distrito Federal (FIGURA 16). Os arquitetos responsáveis pelo projeto, datado de 2010, são Álvaro Puntoni, Luciano Margotto, João Sodré e Jonathan Davies. Segundo eles, a intenção do projeto arquitetônico é criar, não um prédio, mas um conjunto arquitetônico que dê ênfase a espacialidade interna, visando a integração entre os usuários e entre a paisagem natural e construída; proporcionar a flexibilidade em relação as divisões internas; e o cuidado de criar uma edificação com eficiência nos quesitos ambientais e econômicos. (SAMBIASI, 2011).

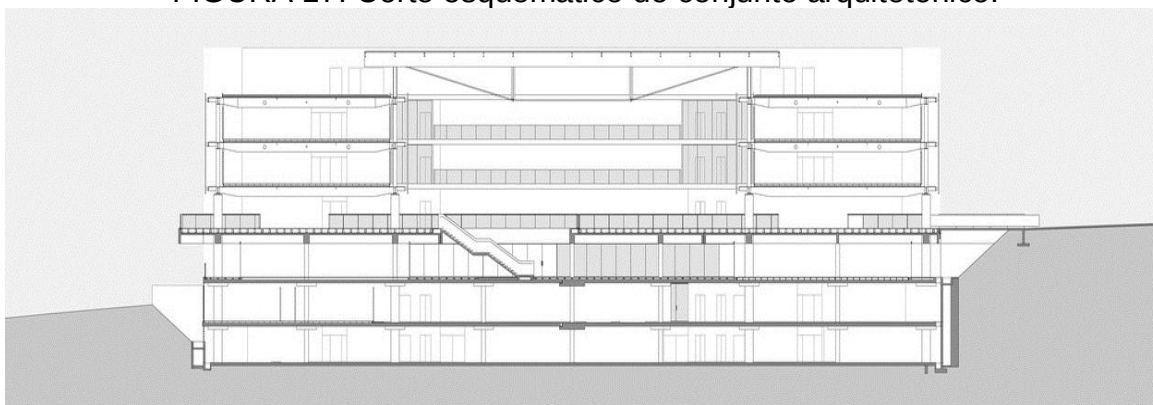
FIGURA 16. Edifício do SEBRAE em Brasília, Distrito Federal.



Fonte: Nelson Kon, 2011.

O edifício é composto por seis pavimentos, como representado no corte esquemático (FIGURA 17), sendo dois subsolos e dois térreos. A locação do programa de necessidades no edifício foi elaborada de acordo com as “peças” distribuídas pelo terreno, sendo que, nos térreos inferior e superior, foram locadas as funções comunitárias e as atividades que dependem de usuários externos, marcados pela praça central. A administração e diretorias encontram-se nos pavimentos superiores, enquanto, nos pavimentos subsolos estão localizados o estacionamento e as atividades relacionadas aos serviços e manutenções prediais (SAMBIASI, 2011).

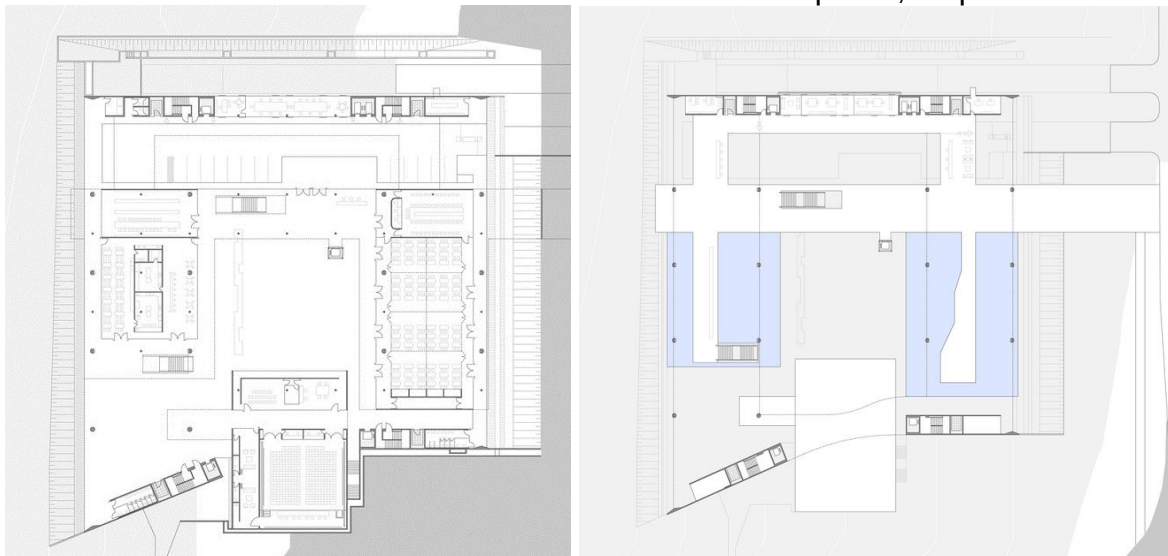
FIGURA 17. Corte esquemático do conjunto arquitetônico.



Fonte: ARCHDAILY, 2011.

O conjunto arquitetônico se desenvolve a partir de um pátio/praza central, localizado no térreo inferior (FIGURA 18), onde estão localizados os espaços de formação e treinamento, a cafeteria, o auditório, a biblioteca e as salas multiuso. No térreo superior (FIGURA 19) estão situados os principais acessos a edificação, com varandas abertas e, assim como o térreo inferior, abriga as funções coletivas e áreas de convivência e atividades que recebem público externo. A multiplicação do térreo se teve com o intuito do aproveitamento da topografia do terreno e ambos são iluminados e ventilados pelo espaço livre ao redor (SAMBIASI, 2011).

FIGURAS 18 E 19. Plantas Baixa do Térreo Inferior e Superior, respectivamente.



Fonte: ARCHDAILY, 2011.

Nos andares superiores, primeiro (FIGURA 20) e segundo (FIGURA 21) pavimentos estão localizadas as funções administrativas e o corpo diretivo da instituição. A principal preocupação em relação ao projeto foi a respeito da espacialidade interna, sendo assim, a fim de se criar ambientes flexíveis e funcionais, o projeto desses espaços permite a sua reorganização de acordo com as necessidades, objetivando a integração entre funcionários/usuários e a dinamização do processo de trabalho e estudo (SAMBIASI, 2011).

FIGURAS 20 e 21. Plantas Baixa do Primeiro e Segundo Pavimento, respectivamente.



Fonte: ARCHDAILY, 2011.

Em relação as premissas do projeto, a expressão arquitetônica foi diretamente ligada as decisões estratégicas da obra em relação a estrutura (estrutura aparente em aço e concreto) e conforto ambiental (utilização dos painéis quebra-sóis auxiliando na unidade do conjunto arquitetônico) e a aplicação dos materiais em suas cores naturais.

Os térreos, tanto inferior quanto superior possuem visão privilegiada para o Lago Paranoá, sendo utilizados não só para atividades educativas e culturais, mas também como áreas abertas de convivência e lazer abertas ao público.

2.3.1.2. SENAC

O SENAC, concretizado pela Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, é uma instituição de interesse privado reconhecida como a maior produtora de educação profissional no país, voltada para a área de Comércio, Serviços e Turismo. Sua criação é datada de 1946 e, atualmente, abrange diversas áreas de especialização, desde a formação inicial até pós-graduação, possuindo cursos a distância e presenciais.

Atualmente, a instituição atua como um dos principais agentes de educação profissionalizante no país e é reconhecido, principalmente, por atuar na inserção social de jovens e adultos no mercado de trabalho. Em estudo realizado em 2014 (Senado, 2014) foi confirmado que, das 1,8 milhão de matrículas realizadas para formação técnica nas unidades da instituição pelo país, cerca de 1,1 milhão foram gratuitas realizadas por meio de bolsas em parceria tanto com o governo quanto com a iniciativa privada (POZZEBOM, E.; COELHO, M, 2015).

A unidade SENAC escolhida para o estudo de caso está localizada em São Miguel Paulista, São Paulo (FIGURA 22), sendo os arquitetos responsáveis os escritórios Levisky Arquitetos e Estratégia Urbana e projeto datado de 2018. Segundo nota divulgada pelos responsáveis projetuais, o conjunto arquitetônico foi posicionado estrategicamente em um dos bairros com escassez de oferta de cursos profissionalizantes e outras ferramentas de interesse público, justamente com a proposta de implementar o local com as propostas contemporâneas educacionais a fim de atrair jovens para a instituição (VADA, 2018).

FIGURA 22. Unidade do SENAC em São Miguel Paulista, São Paulo.



Fonte: Ana Mello, 2018.

A disposição do programa de necessidades pelo terreno foi estrategicamente pensada para promover a integração social, possuindo uma praça na entrada principal, utilizada para práticas educacionais e atividades de lazer. O conjunto arquitetônico é composto por três blocos (FIGURA 23) que se interligam por uma “alameda”, convidando os estudantes a percorrem pela edificação. A disposição dos espaços foi pensada para ser funcional e flexível e é complementado por corredores largos como áreas de convivência e espaços para atividades didáticas (VADA, 2018).

As distribuições dos ambientes nos blocos foram concebidas da seguinte maneira: o bloco principal (mais alto) comporta a maior parte dos cursos profissionalizantes; no bloco central estão localizados o auditório e cursos na área de editoração, rádio e televisão, este bloco também garante a junção dos outros dois blocos; já no terceiro bloco está localizada a ala administrativa, os cursos de paisagismo, visagismo e moda e também os pavimentos de garagem (VADA, 2018).

FIGURA 23. Corte Esquemático



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

O projeto busca, através da implantação da edificação no terreno e plantas baixa, valorizar a integração e o convívio social, a fim de acolher, não só os estudantes, mas também a população local. O térreo (FIGURA 24) está localizado ao nível da rua e possui integração direta com a praça, abrigando uma biblioteca, o auditório e salas voltadas para atividades e eventos abertos ao público (VADA, 2018).

FIGURA 24. Planta baixa do Térreo.

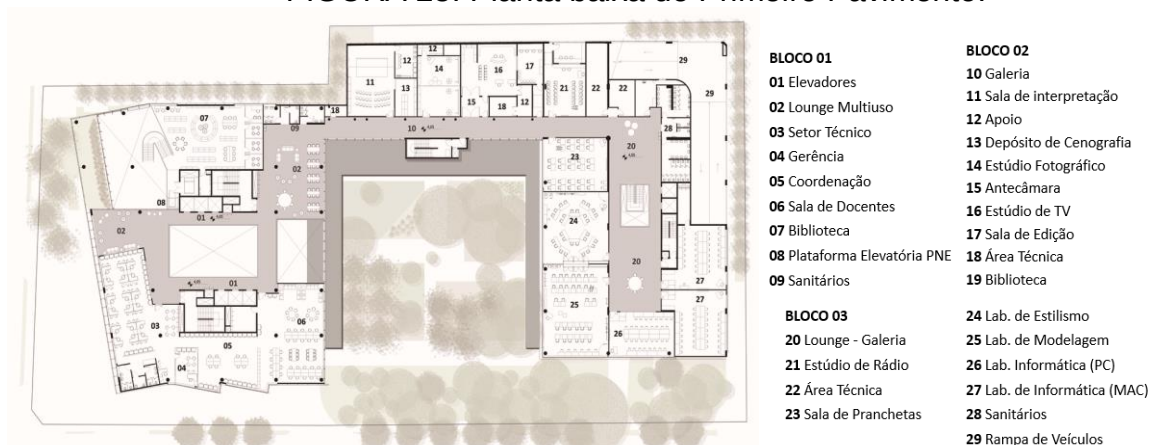


Fonte: ARCHDAILY, 2018.

A distribuição dos espaços pelos pavimentos superiores foi pensada pelos arquitetos para valorizar a flexibilidade e o uso dos equipamentos de ensino próprios da instituição, transformando os halls em áreas de convivência e *lounges* didáticos. Cada pavimento possui uma temática referente a área de cursos que abriga e possui uma cor característica atribuída a ele e a ambientação real proporciona aos alunos o contato com a prática profissional (VADA, 2018).

No Primeiro Pavimento (FIGURA 25) estão localizados, no Bloco 01 está localizado o espaço de administração e coordenação, uma biblioteca e o setor técnico do edifício. No Bloco 02, encontram-se os cursos voltados para a área de publicidade, fotografia, teatro, corte e costura e modelagem. No bloco 03 estão os laboratórios de informática e espaços para aulas práticas e o curso de radialismo e estilismo (VADA, 2018).

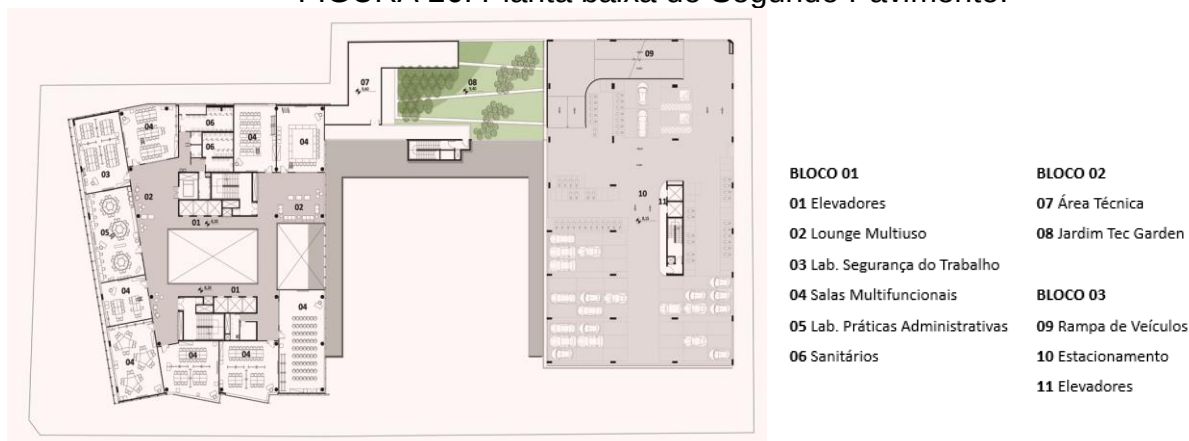
FIGURA 25. Planta baixa do Primeiro Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

No Segundo Pavimento (FIGURA 26) estão localizados, no Bloco 01, os cursos de segurança do trabalho e administração e as salas multiuso. No Bloco 02 o curso de paisagismo, que possui um jardim *Tec Garden*, que, além de possuir sistema auto irrigável também permite a reutilização de água das chuvas, se tornando uma opção sustentável. O Bloco 03 é responsável por abrigar o estacionamento (VADA, 2018).

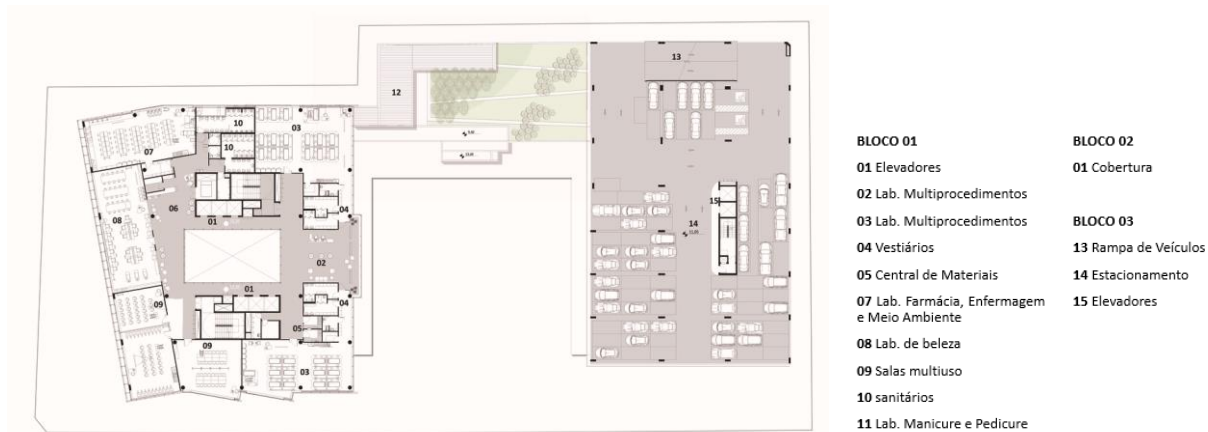
FIGURA 26. Planta baixa do Segundo Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

No Terceiro Pavimento (FIGURA 27) estão localizados, no Bloco 01 os cursos voltados para saúde bucal, estética enfermagem, farmácia e meio ambiente, conta também com um *longe* multiuso e laboratórios de procedimentos. O Bloco 03 é responsável por abrigar o estacionamento (VADA, 2018).

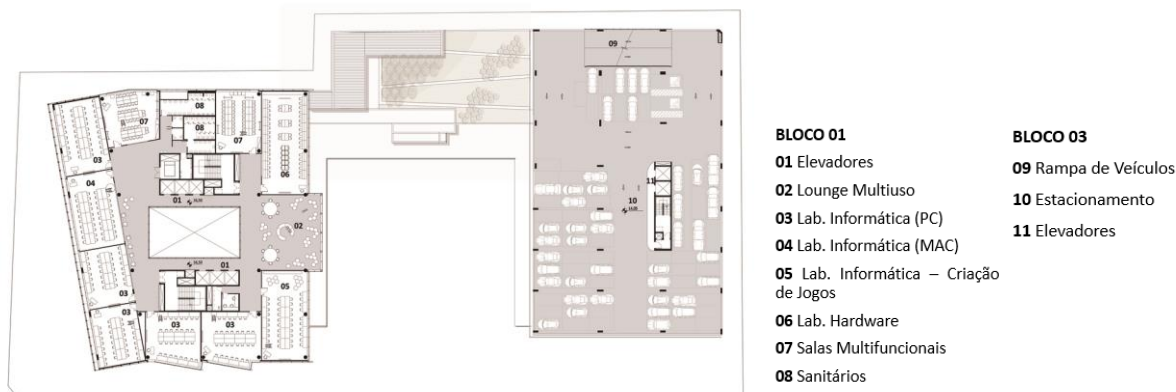
FIGURA 27. Planta baixa do Terceiro Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

No Quarto Pavimento (FIGURA 28) estão situados, no Bloco 01, os cursos voltados para informática e tecnologia da informação, além de salas multifuncionais. O Bloco 03 é responsável por abrigar o estacionamento (VADA, 2018).

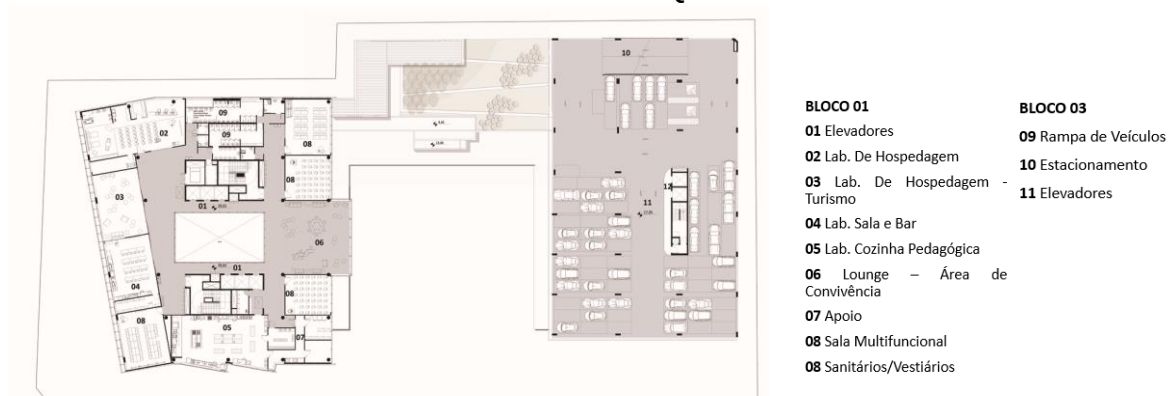
FIGURA 28. Planta baixa do Quarto Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

No Quinto Pavimento (FIGURA 29) está situado, no Bloco 01, os cursos de hotelaria e gastronomia, contando com ambientações reais para aulas práticas, como o bar, a cozinha, os quartos e salas, além de *lounes* de convivência para dinamizar o processo de ensino e as salas multiuso. O Bloco 03 é responsável por abrigar o estacionamento (VADA, 2018).

FIGURA 29. Planta baixa do Quinto Pavimento.



Fonte: ARCHDAILY, 2018.

O principal objetivo do projeto foi o de criar áreas públicas de convivência e lazer, valorizando a integração social e interligando os espaços público e privado em um bairro com pouca oferta de equipamentos de interesse assistencial e, também, cursos profissionalizantes, a fim de amenizar as distinções socioeconômicas presentes na cidade. A edificação foi pensada para fortalecer a proposta pedagógica dinâmica da instituição e atrair alunos, oferecendo cursos de curta e longa duração e propiciando cerca de 80% de vagas gratuitas para os estudantes (VADA, 2018).

3. CONCLUSÃO

O Ensino Profissionalizante no Brasil passou a se tornar tema de discussão política e econômica em 1929, durante a crise, quando foi necessário remodelar a estrutura industrial brasileira, uma vez que, com a abertura de fábricas nacionais e a adequação dos trabalhadores brasileiros a produção de grande escala e qualidade para o mercado que estava se desenvolvendo, se teria maior economia com os gastos advindos de produtos importados.

Com a Constituição de 1937, foram estabelecidas as primeiras leis que previam a organização e ampliação do Sistema Educacional brasileiro, unificando todos os programas praticados no território nacional. Após essa etapa, foi necessário criar novas bases regulamentadoras para os diferentes estágios de ensino, iniciando com a criação do que ficou conhecido como Ensino Industrial, tornando palpável o ingresso de jovens e adultos no ensino superior e evidenciando a necessidade de se criar uma nova tipologia de trabalhador brasileiro para assumir os papéis da economia nacional.

A utilização das instituições do “Sistema S” para estudo se deu pela sua forte influência na área educacional, profissionalizante e cultural e participar como uma das formas mais acessíveis e funcionais de distribuir o ensino de qualidade para jovens e adultos. A partir das pesquisas realizadas, foi possível concluir que as instituições, além de buscarem formar profissionais qualificados para suprir a demanda do constante processo de crescimento das indústrias e empresas brasileiras, buscam participar como catalizadores de transformações sociais, atuando, também, nas áreas de saúde, lazer, esporte e cultura, proporcionando aos seus usuários palestras, cursos, minicursos, ensino de práticas culturais e atividades de lazer, recreação e esportes, além de ações comunitárias, constituindo-se por espaços que tem a



finalidade de proporcionar o bem-estar social e melhorar a qualidade de vida da população local.

Quanto a sua relação com a arquitetura, os edifícios pertencentes ao “Sistema S”, além da preocupação com a organização espacial, possuem projetos que priorizam os objetivos dos educadores e alunos e propõe, juntamente com os programas educacionais, inovações acerca da proposta pedagógica, marcadas pela dinamização do processo de ensino e que colaboram diretamente com a imagem institucional e a criação do vínculo entre a instituição e o aluno, valorizando a sua relevância cultural e política, culminando para o seu crescente desenvolvimento e sucesso empresarial.

Outras questões relevantes dos projetos arquitetônicos das instituições do “Sistema S” são os aspectos funcionais dos projetos, relacionadas a acessibilidade, morfologia urbana, flexibilidade dos espaços e racionalização construtiva que evidenciam como a preocupação com o processo de criação arquitetônica ultrapassa as questões estéticas e se torna um dos principais destaques das instituições desse sistema em relação aos outros.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto lei n. 4.048, de 20 de janeiro de 1942.** Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Decreto lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Decreto lei n. 4.244, de 09 de maio de 1942.** Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. **Decreto lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946.** Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007.** Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.853, de 13 de setembro de 1946.** Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990.** Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Rio de Janeiro, 1946.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, M. **Políticas Educacionais Nos Governos Lula e Dilma:** Impactos Na Expansão Do Ensino Superior E Profissional. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2018, vol.12, n.41, p.661- 676. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1249/1814>. Acesso em: 23 maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural.** 1º semestre. 1959. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/cnerhist.pdf>>. Acesso em: 27 abril 2019.



NEUMANN, P.; SILVA, M. **Centro comunitário de convivência para o município de Panambá/RS. Panambi:** XXII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento:** Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

POZZEBOM, E.; COELHO, M. **Colaboração do Senac para profissionalização dos brasileiros é lembrada em homenagem.** Brasília: Senado, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/23/colaboracao-do-senac-para-profissionalizacao-dos-brasileiros-e-lembrada-em-homenagem>. Acesso em: 09 junho 2019.

ROLEMBERG, J. **Arquitetura, Pedagogia e um projeto de país: o Sistema S.** ArchDaily: 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909667/arquitetura-pedagogia-e-um-projeto-de-pais-o-sistema-s>>. Acesso em: 27 abril 2019.

SAMBIASI, S. **Sede do SEBRAE:** GrupoSP + Luciano Margotto. ArchDaily: 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-402/sede-do-sebrae-grupos>>. Acesso em: 05 maio 2019.

SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no Brasil:** Mudanças e Continuidades. Poíesis Pedagógica, V.8, n.2, p.4-17, ago/dez.2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 23 maio 2019.

VADA, P. **Nova Unidade Senac São Miguel Paulista:** Levisky Arquitetos / Estratégia Urbana. Archdaily: 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/891754/nova-area-de-lazer-do-grande-hotel-levisky-arquitetos-estrategia-urbana>. Acesso em: 27 maio 2019.

VADA, P. **Sesc 24 de maio:** Paulo Mendes da Rocha + MMBB Arquitetos. Archdaily: 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/889788/sesc-24-de-maio-paulo-mendes-da-rocha-plus-mmbb-arquitetos>. Acesso em: 27 maio 2019.

VAN DER VOORDT, T.; VAN WEGEN, H. **Arquitetura sob olhar do usuário:** Programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.